

7 DE ABRIL DE 2015

# Nigéria: o sucesso da democracia e os desafios do novo governo

GUSTAVO PLÁCIDO DOS SANTOS

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

A democracia foi a grande vencedora nas eleições presidenciais e legislativas na Nigéria. Pela primeira vez na sua história realizou-se uma transferência democrática do poder político entre candidatos de partidos diferentes. Acresce que o período pré e pós-eleitoral registou níveis de violência bastante inferiores aos de 2011 e o candidato derrotado, o Presidente Goodluck Jonathan, reconheceu de imediato a sua derrota.

O novo Presidente será Muhammadu Buhari, um general na reforma que através de um golpe militar em 1983 tomou as rédeas do poder político na Nigéria.<sup>1</sup> Recentemente “convertido à democracia”, Buhari é conhecido pela mão-de-ferro com que liderou o país, pela disciplina militar e pela intolerância perante a corrupção.<sup>2</sup> Estas características geraram a percepção de que o Presidente recém-eleito era quem o país mais necessitava para colocar a Nigéria de novo no rumo certo, em particular no que se refere ao combate à corrupção endémica e à ineficiência na provisão de serviços públicos—educação, electricidade, saúde, entre outros—, bem como para acabar com a instabilidade e insegurança no nordeste.

Buhari herdou uma situação económico-financeira complicada. Apesar de alguns esforços da administração Jonathan em diversificar a economia para além do petróleo, esta continua demasiado dependente deste recurso, que representa 90% das exportações e 70% das receitas do governo. A queda do preço do barril de petróleo para cerca de 55 dólares, as duas desvalo-

rizações da moeda nacional, a corrupção endémica e as constantes más práticas—como a promiscuidade entre a política e os negócios—têm tido efeitos nefastos no desenvolvimento socioeconómico da Nigéria.

Tendo em conta que, durante a sua breve liderança, Buhari tomou medidas draconianas no combate à corrupção e para fazer face ao des controlo das contas públicas, existe a expectativa de que o novo líder siga um caminho idêntico. No entanto, o ex-líder militar terá a clara noção de que os meios usados na década de 1980 não poderão ser agora postos em prática, pois tal minaria a sua legitimidade democrática e aumentaria a percepção de que a sua “conversão à democracia” constituiu uma manobra eleitoral. Por outras palavras, será de esperar a adopção de políticas reformistas, incluindo políticas fiscais de austeridade e de combate à corrupção.

Em particular, será interessante ver de que forma Buhari e o seu governo irão lidar com um vasto leque de irregularidades que têm prejudicado o desenvolvimento do país, tais como o desvio de receitas do petróleo para as mãos de indivíduos com poder político e o desaparecimento de milhões de dólares em receitas do petróleo das contas nacionais.<sup>3</sup>

A isto acresce o facto de Buhari ter de liderar uma coligação de natureza diversa—incluindo partidos de carácter regional—, o que tenderá a paralisar os processos de decisão política. Por outro lado, Buhari terá de recompensar os di-

1 Tendo ironicamente sido deposto em 1985 também através de um golpe militar.

2 “Nigeria’s Buhari wins historic election landslide” [Reuters, 31 de Março de 2015].

3 Para uma análise mais aprofundada destes temas ver “The extraordinary story of Nigeria’s \$20 billion oil money ‘leakage’” [Business Insider via Reuters, 6 de Fevereiro de 2015].

ferentes grupos que o apoiam durante as eleições, o que representará despesas adicionais para as finanças do país. Além disso, a nomeação da equipa responsável pelas pastas da economia e finanças estará na mira dos holofotes. Tendo em conta o historial na luta contra a corrupção do Presidente recém-eleito, é provável que Buhari mostre maior capacidade de resistência a pressões no que respeita à composição do governo, dando assim maior primazia ao mérito como critério de escolha dos membros do seu executivo. Por outro lado, por força da natureza regional da sua coligação e dos receios ainda latentes relativos à predominância de uma região sobre todas as outras, Buhari terá de promover no governo uma representação proporcional entre as várias regiões.

Dar continuidade ao sucesso da transição pacífica de poder político é essencial para a consolidação da democracia na Nigéria. O facto de ser a maior democracia africana atribui responsabilidades acrescidas ao governo de Buhari, nomeadamente no que concerne à adopção de boas práticas governativas, responsabilidade perante os eleitores, promoção do desenvolvimento nacional e tratamento não discriminatório dos diferentes povos que constituem a Nigéria. A resiliência da democracia multipartidária na África subsaariana está em larga medida dependente do rumo que tomar a democracia nigeriana. Sem o seu êxito, ganhará força o argumento de que a democracia multipartidária não serve para a África subsaariana.

A questão de segurança é fundamental para o futuro da democracia na Nigéria. Resolver o desafio colocado pelo Boko Haram foi uma das principais promessas eleitorais de Buhari e a população nigeriana está na expectativa para ver como o novo Presidente, um muçulmano do norte da Nigéria, irá lidar com o grupo islamita. No entanto, não é por ser um muçulmano originário do norte e de ter defendido a implementação da Sharia no norte que Buhari leva vantagem na luta contra o grupo islamita. O Presidente recém-eleito faz parte do lote de figuras políticas do norte que o Boko Haram acusa de seguirem uma versão corrupta do Islão. Sendo um militar de carreira, é expectável que mantenha a campanha militar no nordeste.

A juntar à insurgência do Boko Haram, Buhari terá ainda de lidar com um contexto volátil na principal região produtora de petróleo do país, o Delta do Níger. A população local tem-se ressentido da falta de desenvolvimento e das implicações ambientais dos derrames de petróleo, algo que levou à formação de milícias que durante a década de 2000 ameaçaram interromper a produção petrolífera. De forma a acalmar a insur-

gência, em 2009 o presidente Umaru Yar'Adua concedeu uma amnistia aos militantes—reforçada em 2010, após a sua morte, com a nomeação para vice-presidente de Goodluck Jonathan, um cristão natural da região. Contudo, apesar de ter apaziguado os militantes, a amnistia é frágil desde a sua concepção.<sup>4</sup>

Alguns grupos militantes do Delta do Níger demonstraram por várias vezes não estar dispostos a aceitar a derrota de Jonathan para um muçulmano do norte. Não surpreende assim que, logo após a eleição de Buhari, um conhecido ex-líder militar da região tenha ameaçado retomar a insurgência. Acresce ainda que quatro dias depois do anúncio do vencedor das presidenciais, militantes na região rebentaram com um oleoduto, ameaçando realizar novos ataques a oleodutos e gasodutos. Ainda na mesma semana, homens armados mataram nove pessoas e feriram duas antes de atacarem a casa de um político no estado de Rivers, no Delta do Níger.<sup>5</sup>

A deterioração da situação no Delta do Níger ameaça interromper a produção petrolífera, desta forma afectando as frágeis finanças nacionais. Assim, com uma economia dependente do petróleo, um contexto económico-financeiro difícil e com as Forças Armadas concentradas na campanha contra o Boko Haram no nordeste da Nigéria, Buhari terá de procurar acalmar os militantes na região. Criar uma nova frente militar no Delta do Níger constituirá um fardo adicional para os bolsos nacionais e prejudicará a capacidade de acção das Forças Armadas nigerianas em conter e/ou eliminar o Boko Haram.

Em suma, Muhammadu Buhari não tem uma tarefa fácil. Acima de tudo, o seu governo terá de voltar a colocar a economia no bom caminho e resolver os focos de instabilidade e insegurança. Com esse objectivo em mente, será necessário reduzir os níveis de corrupção e o peso das redes de patronagem nos negócios, bem como conciliar os interesses das várias facções dentro do governo, diversificar a economia para além do petróleo e promover uma melhor distribuição da riqueza nacional. A insegurança vivida no país depende precisamente destes pontos, pois são as questões sociais e económicas que a alimentam.

Apesar de um mandato não ser suficiente para se atingir a plenitude destes objectivos, poderão no entanto ser dados passos

4 Para um entendimento mais aprofundado da fragilidade da amnistia e da volatilidade na região, ver Aaron Sayne "What's Next for Security in the Niger Delta?" (United States Institute of Peace, Maio de 2013).

5 "Nigeria: Buhari - Suspected Militants Fire First Warning, Blow Up Main Gas Pipeline in Delta" (Vanguard via All Africa, 4 de Abril de 2015).

## A democracia foi a grande vencedora nas eleições presidenciais e legislativas na Nigéria. Pela primeira vez na sua história realizou-se uma transferência democrática do poder político entre candidatos de partidos diferentes.

importantes. Tudo dependerá da composição e coesão do novo governo, bem como da vontade política. Importa ainda ter em conta aquele que será, muito provavelmente, o elemento chave para esse fim: Buhari completar o seu mandato. Com 72 anos, não será de excluir a hipótese de o deixar a meio. Tal já aconteceu em 2010 e, apesar de não haver sinais concretos de que a sua saúde esteja debilitada,<sup>6</sup> torna-se importante considerar os cenários possíveis. Ora, se a morte inesperada de Yar'Adua<sup>7</sup> e a nomeação para o seu lugar do seu vice-presidente, Goodluck Jonathan, originou acusações de violação do acordo tácito de rotação do poder entre norte e sul,<sup>8</sup> o facto de o actual vice-presidente—e primeiro na linha de sucessão—ser um cristão natural do sudoeste coloca esta questão de novo em contexto.

<sup>6</sup> Rumores de que Buhari teria problemas de saúde, levaram a que, em Janeiro de 2015, alguns líderes proeminentes do norte tenham reconsiderado o seu apoio. "Presidency: Northern leaders express concerns over Buhari's health" (*Nigerian Tribune*, 11 de Janeiro de 2015).

<sup>7</sup> Durante a campanha presidencial de 2007, Yar'Adua apresentou sinais de doença, a qual o debilitou durante o seu mandato. *Ibid.*

<sup>8</sup> A rotatividade do poder deverá ter lugar a cada dois mandatos. A alegada violação do acordo foi uma das razões por detrás da violência que marcou as eleições presidenciais de 2011.

**EDITOR |** Paulo Gorjão

**EDITOR ASSISTENTE |** Gustavo Plácido dos Santos

**DESIGN |** Atelier Teresa Cardoso Bastos

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

Rua da Junqueira, 188 - 1349-001 Lisboa

PORUGAL

<http://www.ipris.org>

email: [ipris@ipris.org](mailto:ipris@ipris.org)

IPRIS Comentário é uma publicação do IPRIS.

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do IPRIS.